



VIOLÊNCIA CONTRA LGBT+

Levantamento do Grupo Gay da Bahia aponta que 257 pessoas foram vítimas em 2025 e alerta para subnotificação e ausência de políticas públicas específicas para a proteção à comunidade

Uma morte a cada 34 horas no país

» DANANDRA ROCHA

Uma pessoa LGBT+ foi morta a cada 34 horas no Brasil ao longo de 2025. O dado integra o mais recente levantamento do Observatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), que contabilizou 257 casos de mortes noticiadas no país, entre latrocínios, homicídios e suicídios. Apesar de representar uma redução de 12% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 291 casos, o número expõe a persistência de um cenário de violência estrutural e pouco mapeado.

O total de mortes repete o patamar observado em 2023, o que, para a ONG, indica estagnação no enfrentamento à violência contra a comunidade. A maior parte das vítimas era composta por homens gays, que somaram 156 casos. Mulheres trans apareceram na sequência, com 46 mortes, seguidas por travestis (18), pessoas bissexuais (9), lésbicas (4) e homens trans (3). Em 16 ocorrências, não houve identificação do grupo, e três vítimas foram classificadas como heterossexuais, em episódios relacionados à LGBTfobia.

Os homicídios respondem por 80% das ocorrências mapeadas, consolidando-se como a principal forma de violência letal contra a população LGBT+. Os suicídios representam 8% dos casos, enquanto os latrocínios somam 7%. Em quase 60% das notificações não há informação sobre o meio utilizado no crime. Entre os registros disponíveis, armas de fogo foram usadas em 15% das mortes e armas brancas, como facas, em 14%.

Violência no mapa

A distribuição regional dos casos revela maior concentração no Nordeste, com 66 ocorrências, seguido do Sudeste (48) e do Centro-Oeste (33). Em 84 registros, a região não foi informada. Entre os estados, São Paulo lidera o ranking, com 19 mortes, seguido por Bahia e Minas Gerais, ambos com 17. Nas capitais, São Paulo aparece novamente à frente, com seis casos, enquanto Salvador registrou cinco.

IMUNIZAÇÃO

Reforço na vacinação contra o sarampo

» RAFAELA BOMFIM*

A vacinação segue como eixo central da política pública do Ministério da Saúde para prevenir doenças no Brasil, sustentada por dados que indicam impacto direto na redução da mortalidade. Estimativas da Organização Mundial da Saúde apontam que a imunização evita entre três e cinco milhões de mortes anuais no mundo, associadas a enfermidades como sarampo, difteria, tétano, coqueluche e influenza. Em um cenário de aumento de registros nas Américas, o país mantém a eliminação da circulação endêmica do vírus do sarampo, resultado de coberturas elevadas e resposta rápida a eventos importados.

Altamente contagiosa, a doença já figurou entre as principais causas de morte infantil em escala global e ainda representa desafio em regiões com baixa adesão vacinal. No Brasil, o reconhecimento da Organização Pan-Americana da Saúde confirma a efetividade das estratégias do Programa Nacional de Imunizações, iniciativa do Ministério da Saúde responsável por garantir abastecimento, vigilância e bloqueio oportuno de casos. Para evitar a reintrodução do vírus, a pasta intensificou a imunização em áreas de fronteira e promoveu mobilizações nacionais.

“A vacinação contra o sarampo é uma prioridade”, afirmou o diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações, Eder Gatti. “Uma coisa que tem preocupado muito o governo brasileiro é o sarampo. Recentemente tivemos ali o início de uma epidemia de sarampo na Bolívia, então houve toda uma preocupação nossa de intensificar a vacinação, principalmente nos municípios da fronteira, visando

Paulo Pinto/Agência Brasil



A Parada do Orgulho LGBT+ mobiliza milhares de pessoas em todo o país em um ato de conscientização e combate à violência

Manaus, Goiânia e Belo Horizonte tiveram quatro ocorrências cada.

Fundador do GGB e doutor em antropologia, Luiz Mott avalia que a queda no número de mortes não pode ser atribuída a avanços concretos do poder público, “infelizmente”. Segundo ele, embora existam leis que equiparam homofobia ao crime de racismo e discursos oficiais de defesa da diversidade, faltam políticas específicas de “proteção à comunidade” LGBT+. Para Mott, a redução pode estar relacionada a uma “maior cautela da própria comunidade” vítimas

potenciais, influenciadas por campanhas de conscientização, além de oscilações estatísticas que se repetem de forma imprevisível ao longo dos anos.

O GGB alerta que os números divulgados não refletem a totalidade da violência praticada no país. O levantamento é realizado há 45 anos com base em notícias da imprensa e informações enviadas à ONG, método que, segundo a entidade, evidencia apenas “a ponta visível de um iceberg de ódio e de sangue”. A organização denuncia a falta de sistematização estatal, de financiamento público

para pesquisas e a omissão de dados essenciais em registros policiais e reportagens, como orientação sexual, identidade de gênero e raça das vítimas.

Para a ONG, a ausência dessas informações compromete análises mais precisas e dificulta a formulação de políticas públicas eficazes. Mott defende que o governo federal assuma a responsabilidade de produzir estatísticas oficiais e implementar ações voltadas à prevenção da violência, sob risco de o país continuar liderando, ano após ano, o ranking mundial de mortes de pessoas LGBT+.

Jhonatan Cantarelle/Agência Saúde-DF



Para o Ministério da Saúde, a imunização é fundamental para prevenir doenças

proteger a população para que o sarampo não entre. Então hoje a nossa prioridade é manter o país livre do sarampo.

Vigilância

Os critérios de indicação são revisados periodicamente e consideram idade, histórico clínico, ocorrência de surtos e análise epidemiológica. Há diferentes apresentações eficazes contra a doença — dupla viral, tríplice viral e tetra viral. Em 2024, o país superou 95% de cobertura na primeira dose da tríplice viral e ultrapassou 80% na segunda; em 2025, os índices seguem em crescimento, conforme dados oficiais. A orientação às

famílias é manter a caderneta de crianças e adolescentes menores de 15 anos atualizada, com procura às Unidades Básicas de Saúde.

Na capital paulista, a vacinação contra sarampo e febre-amarela foi intensificada em locais de grande circulação após a confirmação de dois casos importados no município. A estratégia, iniciada em 12 de janeiro, prioriza terminais rodoviários, estações de metrô, shoppings e aeroportos, além da atualização da caderneta para febre amarela. O Dia D está marcado para 24 de janeiro, com ações direcionadas entre 19 e 23 de janeiro a públicos, como profissionais da segurança, taxistas e trabalhadores do setor hoteleiro. “A vacinação é a

principal ferramenta de proteção. Ao reforçar as ações em grandes centros urbanos, conseguimos interromper cadeias de transmissão e proteger a população de forma coletiva”, disse Gatti.

Desde 2024, o Brasil é considerado livre da circulação endêmica do vírus pela OPAS e pela OMS, condição novamente reconhecida em novembro de 2025. No último ano, mais de 24 milhões de doses foram distribuídas aos estados, com mais de oito milhões aplicadas; para o estado de São Paulo, foram enviadas cinco milhões, das quais 1,7 milhão já foram utilizadas. Em fronteiras com Bolívia, Paraguai e Uruguai, adotou-se a “dose zero” para crianças de seis a 11 meses em cenários de risco, totalizando 184,7 mil aplicações, além da doação de 640 mil doses ao país vizinho.

Em 2025, o Brasil confirmou 38 casos importados de sarampo, ligados sobretudo a viagens internacionais ou a áreas com baixa cobertura. No estado paulista, até dezembro, houve 1,4 mil notificações, sendo 359 na capital, com dois casos importados confirmados. Quanto à febre-amarela, entre julho de 2024 e junho de 2025, registraram-se 123 casos humanos no país, 63 em São Paulo; no período 2025/2026, não há confirmações até o momento, o que reforça a estratégia de prevenção.

Além do sarampo, o calendário nacional inclui imunizações contra poliomielite, tuberculose, difteria, tétano, coqueluche, HPV, hepatite B, meningite, febre-amarela e covid-19. As vacinas são gratuitas e estão disponíveis pelo Sistema Único de Saúde, com foco em completar esquemas atrasados e ampliar a proteção coletiva.

*Estagiária sob a supervisão de Veronica Soares

MANIFESTAÇÃO

Divulgação/Assessoria Izalci Lucas



Senador Izalci Lucas (PL) convocou a “Grande caminhada” em Brasília

Apoiadores protestam contra prisão de Bolsonaro

» WAL LIMA

Com a participação de mais de mil manifestantes, que se concentraram no Eixão Sul, em frente ao Banco Central, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniram, ontem, em Brasília para protestar contra a prisão do ex-chefe do Executivo, criticar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e defender uma anistia ampla aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. A mobilização, batizada de “Grande Caminhada”, foi convocada pelo senador Izalci Lucas (PL-DF) e pelo ex-desembargador Sebastião Coelho.

Durante o ato, manifestantes entoaram palavras de ordem como “Bolsonaro livre”, “Fora Moraes” e “Transparência no Banco Master”. Ao **Correio**, Izalci afirmou que a mobilização popular é uma resposta ao que classificou como excessos do Judiciário.

O senador direcionou críticas diretas ao STF e citou contratos envolvendo o Banco Master, tema que tem sido explorado por parlamentares da oposição no Congresso. “A gente está vendo aí a questão do Supremo Tribunal Federal. Esse contrato do Alexandre de Moraes com o Banco Master de R\$ 129 milhões, R\$ 3 milhões e 600 por mês, e a população não pode ficar calada”, afirmou.

Izalci também criticou a atuação do ministro Dias Toffoli, relator de processos relacionados ao Banco Master no STF, especialmente pela imposição de sigilo. “Agora o Dias Toffoli coloca, também em sigilo, todo o processo. Requisitou, inclusive, aquilo que já estava na CPMI do INSS”, declarou. Segundo o senador, a centralização de decisões e o sigilo comprometem a transparência institucional. “Só o Senado pode resolver essa situação”, disse.

Outro ponto central da manifestação foi a situação de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro. Izalci classificou a transferência do ex-chefe do Executivo para o Complexo Penitenciário da Papuda como desumana. “O que está acontecendo com Jair Bolsonaro não é humano. Nove cirurgias, todo debilitado, e simplesmente jogam lá na Papuda”, afirmou. Para o senador, a distância da unidade prisional em relação a hospitais de referência representa risco à integridade física do ex-presidente. “Já foi alertado por alguns médicos. Então parece até que eles querem matá-lo”, disse.

No Congresso, Izalci informou que articula medidas para retomar o debate sobre a dosimetria das penas e a anistia. “Eu, inclusive, encaminhei um ofício para o presidente do Congresso convocar uma reunião. Na primeira reunião, derrubar o veto da dosimetria”, afirmou.

Participação popular

Presente no ato, a advogada Vanessa Catunda defendeu a participação popular e classificou os processos judiciais como perseguição política. “É um dever do cidadão que ama sua pátria defender seus valores”, afirmou. Para ela, as condenações relacionadas ao 8 de janeiro ferem garantias legais.

O presidente do PL Jovem do Distrito Federal, Evandro Araújo, também participou da manifestação e defendeu mudanças imediatas na situação do ex-presidente. “Estamos aqui numa caminhada pela liberdade, pela verdadeira democracia e pela justiça”, afirmou. Para ele, houve violação de direitos fundamentais. “A Constituição foi desrespeitada. No mínimo, Jair Bolsonaro deveria ter direito à prisão domiciliar, receber os cuidados necessários e ficar com a família”, disse.